

Informação

[Projeto de Resolução n.º 336/XV/1 \(IL\)](#)

[Projeto de Resolução n.º 376/XV/1 \(PSD\)](#)

[Projeto de Resolução n.º 400/XV/1.ª \(CH\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 14 de março de 2023

1. Os Grupos Parlamentares da IL, PSD e do CH, tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente, o [Projeto de Resolução n.º 336/XV/1 \(IL\)](#) - *Pela instalação de centrais de dessalinização no Alentejo e na zona Oeste*, o [Projeto de Resolução n.º 376/XV/1 \(PSD\)](#) – *Pela instalação de centrais de dessalinização com planeamento, fundamentação e transparência*, e o [Projeto de Resolução n.º 400/XV/1.ª \(CH\)](#) - *Identificação dos recursos hídricos e a solução de dessalinização*, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República.
2. As iniciativas deram entrada na Assembleia da República, por esta ordem, em 22 de dezembro de 2022, 12 e 18 de janeiro de 2023, tendo sido admitidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, que determinou a baixa à Comissão de Ambiente e Energia (CAENE) em 3, 13 e 20 de janeiro de 2023, respetivamente.
3. Na reunião da Comissão realizada em 14 de março de 2023, as iniciativas foram discutidas, ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, tendo a discussão ocorrido nos seguintes termos:

A intervenção inicial coube ao Senhor Deputado **João Cotrim de Figueiredo** (IL) que apresentou o projeto pelo qual se propõe que seja recomendado ao Governo a instalação de centrais de dessalinização no Alentejo e na região Oeste. Mencionou, a este propósito, dois outros aspetos, relacionados com a escassez hídrica, que reputou de importância estratégica: a) as relações internacionais, nomeadamente os convénios com Espanha, em que a questão da gestão das bacias hidrográfica é central; b) o impacto da escassez hídrica no território e na sua coesão, designadamente em setores estratégicos como são a agricultura e o turismo. Destacou o atraso de Portugal face a Espanha, no que respeita às medidas de oferta de recursos hídricos, referindo a propósito, que apesar da recente publicação do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, lhe parecem ambíguas algumas medidas. Aludiu também ao atraso do Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo e ainda à necessidade de uma Plano de Eficiência Hídrica no Oeste, em ambos os casos privilegiando-se a utilização de fontes de energia renováveis, defendendo adicionalmente a construção de pelo menos uma central de

Comissão de Ambiente e Energia

dessalinização. Congratulou-se com o facto de o PSD e o CH também terem apresentado iniciativas sobre esta mesma temática, esperando, de igual modo, que o PS acompanhe as mesmas preocupações já expressas, aliás, pelo próprio Ministro do Ambiente e Ação Climática.

Prosseguiu o Senhor Deputado **Rui Cristina** (PSD) apresentando a iniciativa através da qual recomenda ao Governo a instalação de centrais de dessalinização com planeamento, fundamentação e transparência. Recordou que o tema da dessalinização tem merecido grande destaque, enquanto solução de abastecimento de água, e que está em curso o processo que conduzirá à construção da central de dessalinização do Algarve. Estando também anunciadas centrais para o Litoral alentejano e para o Oeste, o PSD defende a necessidade de se assegurar o adequado fundamento e planeamento para que se evite o desperdício de recursos, recordando ainda que devem ser aproveitadas as oportunidades de financiamento no âmbito do PRR. No seu entendimento, a dessalinização é apenas uma medida complementar a um conjunto de outras medidas necessárias para melhorar a eficiência hídrica. Sendo o PSD a favor da construção destas centrais, entende que é fundamental haver Estudos de Impacto Ambiental, garantindo-se que o processo é transparente, defendendo ainda que qualquer decisão de localização destas centrais constitui uma decisão técnica e não política. Aludindo à audição do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, em 10-11-2022, que abordou o Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo Litoral interroga-se quanto à data em o mesmo será conhecido. Por tal motivo, disse, o PSD considera urgente que o Governo o apresente, recomendando ainda a sua divulgação, bem como a divulgação de toda a informação relevante e atualizada, sobre temas conexos, no portal da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Seguiu-se a Senhora Deputada **Rita Matias** (CH) que também apresentou a iniciativa do seu GP, a qual recomenda ao Governo que se atualizem as Matrizes Hídricas Regionais (em articulação com as CCDR), que se promovam companhias de sensibilização para o uso consciente e sustentável de água, que se divulguem os estudos de impacte ambiental relativos a todos os locais onde se pretende instalar as centrais, que se promova o lançamento do concurso visando a construção da central de dessalinização do Barlavento e que se publique o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo.

Comissão de Ambiente e Energia

No período de debate, o Senhor Deputado **Jorge Gabriel Martins** (PS) teceu algumas considerações de natureza política sobre o tema, sustentando que estas três iniciativas terão surgido na sequência do anúncio do lançamento da central de dessalinização do Algarve, e que o tema da “dessalinização está na moda”. Notou que as carências hídricas da região Oeste diferem das existentes na região alentejana visto que as condições edafoclimáticas são muito diferentes nestas duas regiões. Com efeito, a situação hídrica da região Oeste é melhor até porque os níveis de pluviosidade são bem superiores. Referiu, adicionalmente, a existência de Planos Hidroagrícolas nesta região, que respondem a bastantes necessidades hídricas, nomeadamente agrícolas, especificando alguns exemplos mais significativos. Afirmou, ainda assim, que não se afasta a possibilidade de uma solução de dessalinização nesta região, concordando também que essa terá de ser sempre uma opção tecnicamente fundamentada.

Seguidamente, o Senhor Deputado **Nelson Brito** (PS) disse que o seu GP acompanha as preocupações manifestadas sobre este tema. Afirmou que o caso concreto do Alentejo poderá ser replicado a partir do exemplo algarvio, dando ainda nota de que o Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo será apresentado no primeiro semestre de 2023, tendo sido elaborado com base em estudos e documentos técnicos e não políticos. Admite-se assim a instalação de uma dessalinizadora no Alentejo se vier a ser essa a opção tecnicamente assumida. Disse haver uma “visão para a água” cuja estratégia se materializa no Pacto Regional para a Água, que envolverá todos os *stakeholders*. Concluiu afirmando a determinação da passagem para um novo paradigma no abastecimento de água, para diferentes usos, com múltiplas origens, convencionais e não convencionais, devendo envolver todos os setores e exigindo a definição clara de critérios de priorização dos investimentos.

A Senhora Deputada **Rita Matias** (CH), congratulou-se com o facto de a “dessalinização estar na moda”. Em havendo consenso sobre esta matéria, disse, não haverá razões para rejeitar a iniciativa do CH e, como tal, espera que o PS a aprove. Questionou também o PS sobre o atraso na apresentação do Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo.

Na sua intervenção final, Senhor Deputado **Rui Cristina** (PSD), comentou o facto de o PS estar no governo há 7 anos e de, só recentemente, ter sido anunciado, pelo novo Ministro do Ambiente, o Plano de Eficiência Energética do Algarve. Reiterou a posição do PSD sobre a necessidade de se adotarem outras medidas complementares para

Comissão de Ambiente e Energia

melhorar a eficiência hídrica, recordando, por exemplo, que subsistem os problemas relacionados com perdas de água nas condutas (30%), que requerem especial atenção e medidas concretas. Lembrou que a Espanha e Israel estão na vanguarda no que respeita ao número de dessalinizadoras, e só Espanha conta com 800 centrais. Na sequência do recente anúncio do Ministro do Ambiente sobre a intenção de aumentar a capacidade da futura dessalinizadora algarvia, partilhou a sua perspetiva de que o futuro não passa por construir centrais de maior dimensão, até porque o seu impacto ambiental é maior.

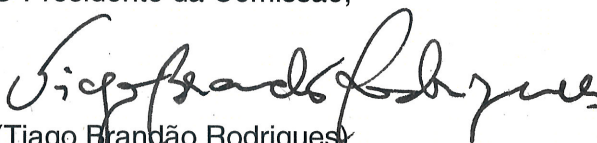
Na sua intervenção final, o Senhor Deputado **João Cotrim de Figueiredo** (IL) respondendo ao GP do PS, salientou que se deveriam ultrapassar o que designou serem preconceitos sobre o setor privado. Manifestou a opinião de que num país com profundas carências hídricas, como é o nosso, será fundamental haver um pouco mais de ambição e de arrojo. Na sua perspetiva, é preciso assegurar-nos de que num horizonte de 5 anos, teremos 4 centrais de dessalinização a funcionar. Finalizou, registando o consenso que este tema gerou.

A discussão foi gravada em áudio, encontrando-se disponível para consulta no [link da reunião](#)¹, dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente informação.

4. Concluída a discussão, o Projeto de Resolução encontra-se em condições de poder ser agendado, para votação, em reunião plenária, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 14 de março de 2023.

O Presidente da Comissão,



(Tiago Brandão Rodrigues)

¹ [media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/11 CAENE/CAENE 20230314 3.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/11_CAENE/CAENE_20230314_3.mp3)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Ambiente e Energia
